

# “O governo nada pode fazer sozinho”

Eis a íntegra da mensagem encaminhada pelo presidente da República ao Congresso:

“Senhores Membros do Congresso Nacional.

Renovo o respeito e o apreço que tenho pelo Congresso Nacional, ao qual me orgulho de haver pertencido, seguindo a tradição de meu pai e de meu avô.

Como disse ao tomar posse, necessito da colaboração permanente do Congresso. “Berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.”

Venho dar-lhes meu depoimento sobre a hora presente da história brasileira, o trabalho do Governo, os desafios que temos pela frente e as justificadas esperanças com que já podemos enfrentá-los.

Senhores Congressistas, 1991 foi um ano difícil para os brasileiros. A luta contra a inflação exigiu que o Governo fosse firme e rigoroso na manutenção de forte austeridade monetária e fiscal, na drástica contenção dos gastos públicos.

Melhor seria se houvesse uma fórmula indolor para estancar o processo inflacionário: aí estão, porém, os exemplos de numerosos países, inclusive alguns países vizinhos, a demonstrar nitidamente o contrário: não existem milagres.

Acabar com a inflação requer disciplina e sacrifício. Sei que o povo não tem boas lembranças de ocasiões anteriores em que os nossos governantes pediram sacrifícios. É preciso, no entanto, ressaltar as diferenças entre o passado e o presente.

No passado, os governantes foram escolhidos à revelia da vontade coletiva da sociedade: hoje, o Presidente da República é titular legítimo de mandato conferido pelo voto popular.

No passado, os planos e políticas governamentais eram elaborados e executados independentemente do que deles pensassem quer as lideranças políticas e sociais quer a opinião pública em sentido mais amplo: hoje ocorre justamente

o inverso: todos se posicionam, todos se manifestam, todos influem.

No passado, não havia limites para a ação do Executivo. O Legislativo e o Judiciário estavam tolhidos em seus papéis; hoje, existe um verdadeiro equilíbrio entre os três Poderes constituídos: cada um cumpre a missão que lhe cabe.

Assim, quando o meu Governo pede sacrifícios, está apenas indicando os esforços necessários para a realização dos objetivos que a própria sociedade definiu.

Em economia, tal como no cotidiano de cada um de nós, nada acontece por mágica: antes de haver a casa, houve o sacrifício de quem poupou para comprá-la e o trabalho de quem a construiu; antes de haver crescimento, é preciso que haja mais investimentos, mais trabalho, mais produção; antes de haver investimentos, é necessário que as condições sejam favoráveis, com estabilidade, segurança e boas perspectivas de retorno.

Para isso, uma das condições necessárias é acabar com a inflação, pois ela ao mesmo tempo em que paneliza duramente os brasileiros mais desassistidos, condena o País como um todo à estagnação e, em última instância, à pobreza.

A inflação agrava seriamente os nossos problemas sociais, acentua distorções, aprofunda injustiças, desgasta a moral coletiva, pois enaltece o imediatismo e a ganância, ameaça o valor do trabalho e da austeridade.

Nos primeiros meses de meu Governo, conseguimos afastar a ameaça da hiperinflação. Agora, superada aquela etapa, praticamos uma política econômica que, evitando sobressaltos e consolidando a confiança interna e externa, coloca o Brasil no rumo da modernidade.

Em todas as nações que alcançaram o pleno desenvolvimento, os agentes econômicos contaram historicamente com a segurança de que as regras do jogo não seriam mudadas da noite para o dia. A previsibilidade, excluídas as oscilações inerentes ao funcionamento do

mercado, é requisito básico para o êxito de qualquer economia.

No Brasil, um dos males trazidos pelo intervencionismo estatal foi justamente o vício das constantes alterações arbitrárias das normas econômicas ditadas pelo poder público. Assim, nesse ano de 1991, a conquista mais importante na esfera econômica foi a abolição definitiva dessas práticas e o consequente restabelecimento da tranquilidade do mercado.

Muitos analistas esboçaram sobre o ocorrido no final de outubro passado, quando fortes movimentos especulativos criaram a idéia de que ou o governo baixava algum tipo de pacote, ou voltava a hiperinflação. Não aconteceu nem uma coisa nem outra: nem pacote nem explosão inflacionária. Porque o governo foi ao mesmo tempo firme, coerente e sereno. Como se disse naquela altura, o fantasma do descontrole inflacionário enfrentou-nos de modo ameaçador, mas o governo não caiu na tentação de recorrer aos enganosos recursos dos choques e das intervenções pretensamente salvadoras. Graças a essa postura do governo, existe uma tendência de estabilidade da inflação, isso a despeito de havermos liberado praticamente todos os preços na economia e reajustando realisticamente as tarifas de serviços públicos.

Mas esse não é o único avanço registrado no ano passado: o governo conseguiu manter o equilíbrio entre receitas e despesas públicas: a desestatização venceu resistências, conquistou apoio da sociedade e foi desencadeada com a venda de cinco empresas; governo e iniciativa privada trabalharam juntos em prol da produtividade, da qualidade e da competitividade de nossas indústrias; o Congresso Nacional aprovou a primeira fase da Reforma Tributária; a Lei de Informática consolida a abertura de nossa economia ao acabar este ano com a reserva de mercado no setor.

Internamente, os agentes econômicos começam a ver com maior clareza que o governo escolheu um rumo, que está

no caminho certo e vai segui-lo até o fim. De certa maneira, a estabilização do processo inflacionário é resultado desse início de reversão de expectativas.

No âmbito internacional, também melhoramos os prognósticos em relação ao Brasil; multiplicam-se as declarações favoráveis de governos e entidades privadas, e os investimentos estrangeiros voltam a fluir para cá, confiando em que poucas economias do mundo oferecem perspectivas tão vantajosas. Os progressos na renegociação da dívida externa, e em especial a recente aprovação pelo FMI da carta de intenções apresentada pelo governo brasileiro, são contrapartida efetiva dessa confiança reconquistada.

Assumi com o País o compromisso de levar adiante essa luta pela estabilização da economia, pela normalização de relações com o sistema financeiro internacional e pela retomada do desenvolvimento. Estes são os meios para que sejamos capazes de realizar o objetivo maior de meu governo; reduzir as desigualdades sociais, assegurando aos brasileiros mais educação, mais saúde, mais segurança, mais dignidade para o cidadão. Os Centros Integrados de Apoio à Criança, os CIACs, são uma resposta concreta a esse desafio e comprovação de preocupação e determinação prioritária de meu governo com o resgate de nossa dívida social.

É evidente que o governo nada pode fazer sozinho, que vai precisar da compreensão e do respaldo do conjunto da sociedade particularmente dos trabalhadores, empresários e líderes políticos.

Sempre soubemos que esse seria o grande desafio da redemocratização do Brasil: eleger um presidente que teria de adotar medidas duras para tirar-nos da crise, para devolver-nos a esperança. Fosse quem fosse o eleito, teria a obrigação política e moral de fazer isso, pois estava em jogo o destino da Nação.

Cabe ainda uma referência especial ao papel que a política externa de meu governo de-

sempenhou na consolidação de nossa credibilidade perante a comunidade mundial. Do trabalho contínuo e persistente da diplomacia brasileira, alguns feitos merecem destaque particular: a entrada em vigor do Tratado do Mercado Comum do Sul, o Mercosul; a assinatura do “Rose Garden Agreement” entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, os países-membros do Mercosul, e os Estados Unidos da América; o acordo Brasil-Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear e o acordo de salvaguardas firmado conjuntamente por ambos os países com a Agência Internacional de Energia Atômica. Registro, igualmente, o empenho com que nos dedicamos à preparação política e logística da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no próximo mês de junho.

Nessas e em outras áreas de nossa ação diplomática, são da maior relevância o concurso e o respaldo do Congresso Nacional. No que diz respeito à Conferência Rio-92, senadores e deputados devem juntar-se ao governo e às organizações sociais na tarefa de mobilizar os brasileiros para este que será um dos maiores acontecimentos da história de nossa presença internacional e, também, momento decisivo para toda a humanidade. Estará em jogo nada menos que a própria possibilidade da vida sobre a Terra; a Conferência será ocasião para que o mundo reflita sobre um novo modelo de desenvolvimento, capaz de levar-nos a ingressar no terceiro milênio com perspectivas seguras de erradicação da pobreza e de restabelecimento da harmonia entre o homem e a natureza.

Senhores congressistas. Parece-me justo reconhecer que o governo já fez muito, apesar das limitações de meios, das dificuldades da conjuntura internacional e das resistências de certos setores de nossa sociedade. Trabalhamos com afinco e determinação, levamos adiante nossos planos,

(Continua na página 10)